

Atos Oficiais

CONVOCATÓRIA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMDEMA/CODUHAB. Data: 27 de Outubro de 2021 (Quarta-feira). Horário: 15hs. Local: Sala de Reuniões Virtual (Aplicativo ZOOM). COMDEMA/CODUHAB está convidando você para uma reunião Zoom agendada. Entrar na reunião Zoom: <https://us02web.zoom.us/j/88488940990>. ID da reunião: 884 8894 0990. Lembrando que, o microfone e a câmera devem estar devidamente ligados e funcionando, e deverá possuir som para poder ouvir, ou através de fones de ouvido. **Pauta da reunião:** Aprovação da ata da 32ª reunião extraordinária do Comdema/Coduhab; Processo Administrativo nº555/2021 – Certidão de Diretrizes, GANIZEV Incorporadora; Processo Administrativo nº2755/2020 – Aprovação de Planta Centro Logístico; Processo Administrativo nº3230/2021 – Parecer Ambiental. Para mais informações a respeito deste assunto, poderá ser solicitado através do email: gestão.ambiental@ribeiraopires.sp.gov.br. Contamos com sua participação! Secretaria Executiva do COMDEMA.

PORTARIA Nº. 33.544, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021. DESIGNAR a funcionaria MARISA DO AMARAL, Técnica em Contabilidade, CRC/SP nº 283130/07 e o funcionário SÉRGIO POLONI DOS REIS, Engenheiro Civil, CREA/SP nº 0601242157 para respectivamente, exercerem as funções de Gestor Financeiro e Responsável Técnico do Convênio a ser firmado com a Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo para a reforma do Terminal Rodoviário Turístico. Processo nº. 4598/2021

PORTARIA Nº. 33.541, 14 DE OUTUBRO DE 2021. APURAR os fatos ocorridos na Secretaria de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano, á vista do que consta nos autos do Processo Administrativo nº 4452/2021. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Sindicância da Secretaria de Assuntos Jurídicos, nomeada por meio da Portaria nº. 33.306, de 19 de Agosto de 2021, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente –Mateus Moreira Brito
Membros – Rosiane da Silva Santos
Marcos Sarro
Processo nº 4452/2021

PORTARIA Nº.33.537 , 14 DE OUTUBRO DE 2021. NOMEAR os funcionários abaixo relacionados para constituírem a Equipe responsável pela Elaboração do PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação nos termos do Decreto Municipal nº 7.183, de 23 de Junho de 2021.

Secretaria de Assuntos Estratégicos e Modernização

Vinicius Jorge dos Santos
André Carlos Enumo
Élcio Hiroto Nakashima
Arivaldo de Souza Lima Júnior
Thayná Ravena Moraes dos Anjos
Secretaria de Assuntos Jurídicos
Ariadne Bagnara Ferreira Silva
Mayara Firmino da Silva
Secretaria de Finanças e Administração
Andréa Araujo da Silva Camargo
Antônio Hercules Greco
Processo nº 1948/2021

PORTARIA Nº. 33.536, 14 DE OUTUBRO DE 2021. REVOGAR a Portaria 33.482, de 14 de Setembro de 2021 e RETIFICAR a Portaria nº. 33.231, de 26 de Julho de 2021, que nomeou o “Comitê Gestor de Tecnologia da Informação” para que onde lê-se “Gabinete do Prefeito” leia-se “Secretaria de Assuntos Estratégicos e Modernização”. Processo nº 1948/2021

PORTARIA Nº. 33.543, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021.DESIGNAR a funcionaria MARISA DO AMARAL, Técnica em Contabilidade, CRC/SP nº 283130/07 e o funcionário SÉRGIO POLONI DOS REIS, Engenheiro Civil, CREA/SP nº 0601242157 para respectivamente, exercerem as funções de Gestor Financeiro e Responsável Técnico do Convênio com a Secretaria de Desenvolvimento Regional para obras no Hospital Municipal. Processo nº. 3718/2021

PORTARIA Nº. 33.540, 14 DE OUTUBRO DE 2021. REMOVER o funcionário OSLAIR RODRIGUES DE ALMEIDA, portador da Cédula de Identidade RG nº. 15.882.838 e CPF nº. 061.1166.008-00, Agente Fiscal, regime Estatutário, provimento efetivo, lotado na Secretaria de Finanças e Administração para a Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social, a contar de 06 de Setembro de 2021. Processo nº.4528/2002

PORTARIA Nº. 33.539, 14 DE OUTUBRO DE 2021. EXONERAR, a pedido, o funcionário GERSON MOURA DA SILVA, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 47.251.422-2 e CPF nº. 388.730.568-06, do cargo de Diretor de Unidade de Planejamento, regime estatutário, provimento em comissão, lotado na Secretaria de Finanças e Administração, a contar de 01 de Setembro de 2021. Processo nº.177/2021

PORTARIA Nº. 33.494, DE 15 DE SETEMBRO DE 2021. REMOVER a funcionária GISELE APARECIDA DOS SANTOS, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 34.831.191-6 e CPF nº. 348.025.248-62, Agente de Serviços Gerais, regime estatutário, provimento efetivo, lotada na Secretaria de Finanças e Administração para a Secretaria de Zeladoria e Manutenção Urbana, a partir de 13 de Setembro de 2021. Processo nº 4472/2015

PORTARIA Nº. 33.508, DE 21 DE SETEMBRO DE 2021. REVOGAR, a contar de 01 de Agosto de 2021, a Portaria nº 33.018, de 11 de Junho de 2021, que nomeou para exercer função de confiança o funcionário EDSON CELSO BIM, portador da Cédula de Identidade RG nº.19.673.615 e CPF nº.079.924.418-00, Agente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria da Juventude, Esporte, Lazer, Cultura e Turismo. Processo nº. 5239/2015

PORTARIA Nº. 33.516, DE 21 DE SETEMBRO DE 2021. REVOGAR, a Portaria nº. 33.227, de 26 de Julho de 2021 e DESIGNAR como Gestor de Veículos das respectivas Secretarias, nos termos do decreto nº 6860/2018, os servidores abaixo relacionados:

NOME DO GESTOR E SECRETARIA

MAYK BEZERRA MUNIZ RODRIGUES - FUNDO SOCIAL (GP)

MILENA PELINSON - ASSUNTOS JURÍDICOS (SAJ)

THIAGO BUENO DE MELO – DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (SG)

PAULO DONIZETE NOGUEIRA - FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO (SFA)

PAUL ZAGAROLO - ZELADORIA E MANUTENÇÃO URBANA (SZMU)

JOMAR ANTÔNIO DE OLIVEIRA- EDUCAÇÃO (SE)

MARCELO BALDUÍNO - OBRAS (SO)

CRISTIAN MORANZA DI CICCIO - ASSISTÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL (SAPIS)

FÁBIO PEREIRA SIMÕES - JUVENTUDE, ESPORTE, LAZER, CULTURA E TURISMO (SEJEL)

ANTÔNIO CARLOS DE BRITO ARAÚJO- SEGURANÇA URBANA, MOBILIDADE E DEFESA CIVIL (SSMD) - SEGURANÇA URBANA

CARLOS ALBERTO SILVA SANTANA - SEGURANÇA URBANA, MOBILIDADE E DEFESA CIVIL(SSMD) - TRÂNSITO

CELSON MACHADO LOPES- SEGURANÇA URBANA, MOBILIDADE E DEFESA CIVIL (SSMD) DEFESA CIVIL

IVAN FERREIRA DE BARROS- MEIO AMBIENTE, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO (SMHU)

JOSÉ CARDENUTO NETO- SAÚDE E HIGIENE (SSH)

Processo nº. 10494/2005

PORTARIA Nº. 33.521, DE 22 DE SETEMBRO DE 2021. REVOGAR a Portaria nº 33.288, de 16 de Agosto de 2021 e NOMEAR o funcionário ADALBERTO DINIZ DOS SANTOS, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 32.352.613-5 e CPF nº.278.914.768-02, Diretor de Habitação e Regularização Fundiária, lotado na Secretaria de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano, a contar de 20 de Setembro de 2021.

Processo nº. 3980/2013

PORTARIA Nº. 33.522, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021. REVOGAR a Portaria nº 32.500, de 26 de Janeiro de 2021 e NOMEAR o funcionário GERSON DOS SANTOS GOULART, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 18.119.287 e CPF nº.080.179.588-54, do cargo de Sub-Secretário, regime estatutário, provimento em comissão, lotado na Secretaria de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano, a contar de 20 de Setembro de 2021. Processo nº. 24/2013

PORTARIA Nº. 33.523, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021. REVOGAR a Portaria nº 32.963, de 08 de Junho de 2021 e NOMEAR o funcionário LUIS FELIPE CORDEIRO, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 34.470.050-1 e CPF nº.376.068.318-58, Técnico Administrativo, lotado na Secretaria de Finanças e Administração, para exercer Função de Confiança, recebendo gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre referência de seu salário, nos termos do Artigo 35, Inciso II, da Lei nº. 6.291/2018, a contar de 01 de Setembro de 2021. Processo nº. 7531/2012

PORTARIA Nº. 33.525, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021. REVOGAR a Portaria nº 33.144, de 08 de Julho de 2021 e NOMEAR LETICIA MARIA WOLF DE OLIVEIRA, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 52.637.887-6

e CPF nº.456.681.768-78, para exercer em comissão o cargo de Chefe de Unidade de Redação, lotada na Secretaria de Governo, a contar de 16 de Setembro de 2021. Processo nº. 189/2021

PORTARIA Nº. 33.526, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021. REVOGAR a Portaria nº 32.960, de 08 de Junho de 2021 e NOMEAR o funcionário EDSON DA SILVA BATISTA, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 44.155.812-4 e CPF nº.345.255.968-80, Técnico Administrativo, lotado na Secretaria de Finanças e Administração, para exercer Função de Confiança, recebendo gratificação de 70% (setenta por cento) sobre a referência de seu salário, nos termos do Artigo 35, Inciso I, da Lei nº. 6.291/2018, a contar de 01 de Setembro de 2021. Processo nº. 3834/2011

EDITAL DISPONÍVEL: PREGÃO ELETRÔNICO nº 104/2021, Processo de Compras nº 3337/2021, que trata da Aquisição de Equipamentos Permanentes para a atenção básica de saúde, através de emendas parlamentares federais e estaduais. Período para cotação: das 11:00 horas do dia 25/10/2021 às 08:00 horas do dia 08/11/2021. Período para lances: 08/11/2021 a partir das 09:00 horas. Maiores informações serão fornecidas na Gerência de Suprimentos, através do fone (11) 4828-9860. O edital na íntegra poderá ser obtido através do site: www.bll.org.br ou www.ribeiraopires.sp.gov.br. Ribeirão Pires, 22 de Outubro de 2021. Douglas Menezes Souza - Pregoeiro.

EDITAL DISPONÍVEL: PREGÃO ELETRÔNICO nº 105/2021, Processo de Compras nº 3399/2021, que trata do registro de preços para fornecimento de dispositivos. Período para cotação: das 11:00 horas do dia 25/10/2021 às 13:00 horas do dia 08/11/2021. Período para lances: 08/11/2021 a partir das 14:00 horas. Maiores informações serão fornecidas na Gerência de Suprimentos, através do fone (11) 4828-9860. O edital na íntegra poderá ser obtido através do site: www.bll.org.br ou www.ribeiraopires.sp.gov.br. Ribeirão Pires, 22 de Outubro de 2021. Douglas Menezes Souza - Pregoeiro.

DECRETO Nº 7.236, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

Dispõe sobre a obrigatoriedade de vacinação dos servidores públicos da Administração Direta e Indireta no âmbito do Município de Ribeirão Pires.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO que o art. 3º da Lei Federal nº [13.979](#), de 6 de fevereiro de 2020, permanece em vigor por força da decisão cautelar proferida na ADI 6.625, do Distrito Federal, pelo E. Supremo Tribunal Federal, e que o inciso III, alínea "d", da mencionada lei preconiza que para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, entre outras, a determinação de realização compulsória de vacinação e outras medidas profiláticas;

CONSIDERANDO que os direitos à vida e à saúde, contemplados nos art. 5º, 6º e 196 da Constituição Federal, devem prevalecer em relação à liberdade de consciência e de convicção filosófica individual;

CONSIDERANDO, por fim, que os servidores e empregados devem proceder, pública e particularmente, de forma a dignificar a função pública,

DECRETA:

Art. 1º Os servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta, inseridos no grupo elegível para imunização contra a COVID-19, nos termos definidos pela Secretaria Municipal da Saúde, deverão submeter-se à vacinação.

§1º A recusa, sem justa causa, em submeter-se à vacinação contra a COVID-19 caracteriza falta disciplinar grave do servidor público, passível das sanções dispostas, respectivamente, no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei 4217/98.

§2º Aqueles que não comprovarem a realização da dose única ou da primeira e segunda doses de vacinação, conforme calendário municipal de vacinação, serão impedidos de permanecer em seus locais de trabalho e terão falta atribuída até que a situação seja regularizada.

Art. 2º Os servidores e empregados públicos municipais poderão comprovar a situação vacinal regular pelo Certificado Nacional de Vacinação Covid-19, documento que deve ser impresso pela plataforma conecte SUS Cidadão, ou pelo comprovante de vacinação.

Art. 3º A falta disciplinar grave não será aplicada somente nos casos em que o servidor público apresentar declaração médica atualizada que detalhe a contraindicação da vacina, com nome do médico, carimbo e número de registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) e certificação digital.

Art. 4º Até o dia 05 de novembro de 2021, o servidor público deverá entregar o comprovante da vacina ou declaração informando a data prevista para a segunda dose ou declaração médica atualizada, ao seu superior hierárquico imediato, que emitirá relatório ao Secretário da Área relatando quais funcionários não realizaram a comprovação ou não entregaram declaração médica atualizada contraindicando a vacina.

§1º O Superior hierárquico será responsabilizado administrativamente e criminalmente, caso constatada a qualquer tempo a ocorrência de informações inverídicas e incompletas seja por ato culposos ou doloso.

§2º Até o dia 10/11/2021, os Secretários Municipais deverão encaminhar ao Departamento de RH os relatórios contendo a relação nominal dos servidores que não atenderam o disposto no "caput", para o devido cumprimento do disposto no parágrafo 2º do Artigo 1º, ou declarar expressamente que todos os servidores realizaram a devida comprovação vacinal.

§3º A Administração Indireta, deverá observar os prazos estabelecidos neste decreto, no entanto, o estabelecido o parágrafo anterior, deverá ser encaminhado ao Chefe do Executivo.

§4º A qualquer tempo o Departamento de RH poderá solicitar que sejam encaminhados os documentos que comprovem a regularidade vacinal.

Art. 5º Passado o prazo previsto no art. 4º deste Decreto sem que haja comprovação da vacinação ou declaração médica atualizada, a Secretaria de Finanças e Administração, através do Departamento de Recursos Humanos, comunicará às chefias imediatas que o servidor está impedido de permanecer no trabalho, conforme dispõe o §2º

do artigo 1º deste Decreto.

Parágrafo único. Após 30 (trinta) faltas consecutivas, será aberto processo administrativo para apurar a responsabilidade funcional.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 20 de outubro de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

AUDREI ROCHA SILVA
Secretário de Saúde e Higiene

Processo administrativo 53044/2021 - PM
Publicado no órgão da Imprensa Oficial.

DECRETO Nº. 7.238, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021

Revoga dispositivos do Decreto 7.123/2021, que declara situação de calamidade no Município de Ribeirão Pires face à pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19).

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º O artigo 2º do Decreto 7.123, de 12 de março de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 2º**

.....

VIII – (REVOGADO).

§1º (REVOGADO)

§2º (REVOGADO)

§3º (REVOGADO)

.....” (NR)

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 22 de outubro de 2021 – 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO
Secretário de Finanças e Administração

MONTEIRO

PACHECO

AUDREI DA ROCHA SILVA
Secretário de Saúde e Higiene

Processo Administrativo 1692/2021 - PMRP
Publicado no órgão de imprensa oficial.

LEI Nº 6.637, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, o “Dia Municipal de Conscientização sobre os Direitos da Gestante”, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Paulo Cesar Ferreira)

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, o Dia Municipal de Conscientização sobre os Direitos da Gestante, a ser comemorado, anualmente no dia 15 de agosto, devido ao Dia Estadual da Gestante, instituído pela Lei Estadual nº. 10.822 de 22 de junho de 2001, a ser comemorado nesta mesma data.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 24 de agosto de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

AUDREI DA ROCHA SILVA
Secretário de Saúde e Higiene

Processo Administrativo nº 068/2021-CM - nº 4115/2021 -PM
Publicada no órgão da Imprensa Oficial.

LEI Nº 6.638, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Institui o Programa Repare a Autoestima na rede Pública de Saúde da Estância Turística de Ribeirão Pires.
(Autoria: Anderson Benevides dos Santos)

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Programa Repare a Autoestima, de proteção específica e especializada para mulheres e vítimas de violência doméstica.

Art. 2º As ações e serviços públicos de saúde e os serviços contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) deverão observar, como diretriz, a organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral, que garanta, entre outros, atendimento, acompanhamento psicológico e cirurgias plásticas reparadoras.

Art. 3º No âmbito da rede municipal de saúde, poderão ser realizadas campanhas de conscientização das mulheres e vítimas de violência doméstica sobre os seus direitos de atendimento médico especializado.

Art. 4º Os hospitais deverão oferecer às vítimas de violência sexual atendimento emergencial, integral e multidisciplinar, visando ao controle e ao tratamento dos agravos físicos e psíquicos decorrentes de violência sexual, e encaminhamento, se for o caso, aos serviços de assistência social.

Parágrafo único. O atendimento imediato, obrigatório em todos os hospitais integrantes da rede do SUS, compreende os serviços elencados pela Lei Federal nº 12.845, de 1º de agosto de 2013.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 24 de agosto de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI

Prefeito

RANGEL FERREIRA

Secretário de Assuntos Jurídicos

AUDREI ROCHA SILVA

Secretário de Saúde e Higiene

Processo Administrativo nº 073/2021-CM - nº 4160/2021 -PM

Publicada no órgão da Imprensa Oficial.

LEI Nº 6.639, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, a Campanha “Junho Laranja”, dedicada à elaboração de ações educativas de conscientização para o diagnóstico precoce e tratamento da leucemia e anemia e dá outras providências.- **(Autoria: Leandro de Souza Carvalho)**

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, a Campanha “Junho Laranja”, a ser realizada anualmente durante o mês de Junho, dedicada à elaboração de ações educativas de conscientização para o diagnóstico precoce e tratamento da leucemia e anemia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 24 de agosto de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI

Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

AUDREI DA ROCHA SILVA
Secretário de Saúde e Higiene

Processo Administrativo nº 071/2021-CM - nº 4159/2021 -PM
Publicada no órgão da Imprensa Oficial.

LEI Nº 6.641, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

Altera a redação da ementa da Lei Municipal nº 6.579, de 07 de maio de 2021, e dá outras providências.-
(Autoria: Vereador Alessandro Adalberto Dias)

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º A redação da ementa da Lei Municipal nº 6.579, de 07 de maio de 2021, passa a ter a seguinte redação:

“Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, a Semana Municipal de Conscientização do Descarte de Lixo Eletrônico, a ser realizada, anualmente, na primeira semana do mês de junho, e dá outras providências”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 25 de agosto de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

ANDREZA DE ARAÚJO BATISTA
Secretária de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano

Processo Administrativo nº 069/21 – CM - nº 1669/2021 -PM
Publicada no órgão da Imprensa Oficial.

LEI Nº 6.641, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

Institui a Política de Coleta, Transformação e Reciclagem de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal e de uso culinário, em biodiesel, na Estância Turística de Ribeirão Pires, e dá outras providências.- (Autoria: Alex Aparecido Borges Mathias)

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Esta lei institui a Política de Coleta, Transformação e Reciclagem de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal e de uso culinário, em biodiesel, na Estância Turística de Ribeirão Pires.

Art. 2º A política de coleta e direcionamento para transformação em biodiesel dos óleos e gorduras de origem vegetal ou animal e de uso culinário tem os seguintes objetivos:

- I** – Incentivar a adoção de medidas que evitem o lançamento de resíduo de óleo e gordura de origem vegetal ou animal e de uso culinário em rede de coleta de esgoto e de drenagem pluvial;
- II** – Reduzir a poluição ambiental dos solos e das águas provocada pelo lançamento de óleo e gordura em rede de coleta de esgoto e de drenagem pluvial;
- III** – Reduzir os gastos dos recursos públicos aplicados na manutenção de rede de coleta de esgoto e de

drenagem pluvial;

IV – Evitar o entupimento da rede de coleta de esgoto e de drenagem pluvial;

V – Evitar o surgimento de pestes derivadas do acúmulo de alimentos gerados pelo entupimento nas tubulações domiciliares e na rede de coleta de esgotos;

VI – Informar a população quanto aos riscos ambientais causados pelo despejo de óleos e gorduras de origem animal ou vegetal e de uso culinário na rede de esgoto e as vantagens múltiplas dos processos de reciclagem;

VII – incentivar a prática de reciclagem de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal e de uso culinário, doméstico, comercial ou industrial;

VIII – favorecer a exploração econômica da reciclagem de óleos e gorduras de origem animal ou vegetal e de uso culinário, desde a coleta, transporte e revenda, até os processos industriais de transformação, de maneira a gerar empregos e renda às pequenas empresas.

Parágrafo único - Para fins dessa lei, considera-se resíduos de óleo e gordura de origem animal ou vegetal e de uso culinários as sobras descartadas após a utilização de óleo e gordura em atividade culinária.

Art. 3º – A Política de Coleta, Transformação e Reciclagem de Óleos e Gorduras de Origem Vegetal ou Animal e de Uso Culinário observará as seguintes diretrizes:

I – Discussão, desenvolvimento, adoção e execução de ações, projetos e programas que atendam às finalidades desta Lei, reconhecendo-as como fundamentais para o bom funcionamento da rede de esgotos e a preservação dos mananciais;

II – Conscientização da população quanto a dano proveniente do descarte residual de óleo e gordura de origem vegetal ou animal no meio ambiente e quanto às vantagens da sua reutilização ou reciclagem;

III – Busca do cumprimento de metas de proteção ao meio ambiente;

IV – Implantação e gerenciamento de coleta especial;

V – Monitoramento do descarte de material originário de limpeza de caixa de gordura realizada por empresa prestadora de serviço dessa natureza.

Art. 4º - Para cumprimento do disposto nesta lei, o Executivo ficará autorizado a estabelecer parcerias com entidades públicas ou privadas, as quais ficarão responsáveis pela coleta de óleo, bem como seu direcionamento para fabricação de biodiesel.

Art. 5º – As despesas geradas para implantação dos postos de coleta, retirada do produto e direcionamento serão de responsabilidade de terceiros exonerando os órgãos públicos de qualquer gasto gerado.

Art. 6º – O Poder Executivo poderá conceder a autorização de uso dos espaços públicos municipais disponíveis para que sejam instalados os postos de coleta de óleo vegetal "usado" para que o produto possa ser direcionado para a fabricação de biodiesel.

Art. 7º – A entidade responsável pela coleta e direcionamento poderá promover ações educativas e de conscientização na rede escolar municipal desde que previamente autorizadas pelo representante da unidade.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 08 de setembro de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI

Prefeito

RANGEL FERREIRA

Secretário de Assuntos Jurídicos

ANDREZA DE ARAÚJO BATISTA

Secretária de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano

LEI Nº 6.659, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021

Institui no âmbito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, o “Mês Junho Verde”, dedicado a ações de informação, conscientização e proteção ao Meio Ambiente, e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1.º Fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires o “Mês Junho Verde”, objetivando a conscientização para ações sustentáveis em prol do Meio Ambiente, a ser comemorado, anualmente, durante o mês de junho.

Art. 2.º Em celebração ao evento tratado no artigo 1º, poderão ser desenvolvidos e difundidos, pelas entidades representativas no Município de Ribeirão Pires, eventos, projetos e demais atividades voltadas à formação e desenvolvimento de ações sustentáveis que contribuam com a promoção do Meio Ambiente, notadamente nas seguintes datas já consagradas:

- I – Dia Nacional da Educação Ambiental: 3 de junho;
- II - Dia Mundial do Ambiente, Dia da Ecologia e Dia Nacional da Reciclagem: 5 de junho;
- III - Dia Nacional de Luta dos Catadores de Materiais Recicláveis: 7 de junho;
- IV – Dia de Combate à Desertificação e à seca: 17 de junho.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 22 de outubro de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

ANDREZA DE ARAÚJO BATISTA
Secretária de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano

Processo Administrativo nº 2383/2021 - PMRP.
Publicado no órgão da imprensa oficial.

LEI Nº 6.660, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021

Dispõe sobre a execução de edificações diversas no Município com a utilização de contêineres, e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a execução de edificações diversas no Município com a utilização de contêineres, e dá outras providências.

Parágrafo único. Esta lei aplica-se à instalação de contêineres para edificações residenciais, comerciais, industriais ou de serviços, não incluindo os contêineres que são utilizados em canteiros de obras de modo temporário, que deverão atender aos parâmetros de ventilação natural e salubridade de uso em conformidade com as leis e deliberações das normas regulamentadoras específicas.

Art. 2º As obras de reforma e novas construções no município, a partir da vigência desta lei, poderão utilizar contêiner individual ou em módulos, conforme a necessidade do interessado, em um ou vários pavimentos.

Art. 3º As edificações poderão atender finalidades diversas, seja residencial, comercial, industrial ou de serviços, desde que atendam aos parâmetros estabelecidos pelo Plano Diretor e pelo Código Municipal de Edificações (áreas mínimas, gabarito dos compartimentos, recuos, ocupação máxima, coeficiente de aproveitamento,

permeabilidade, índice de área vegetada e florestada, entre outros).

Art. 4º Todas as edificações comerciais, industriais ou de serviços deverão obedecer à legislação vigente no tocante à acessibilidade.

Art. 5º Para o licenciamento de uma edificação em contêiner, deverá ser apresentado o projeto junto ao setor de aprovação do Município, sob a responsabilidade de um profissional habilitado, que deverá seguir os trâmites normais como qualquer outra edificação, recebendo as competentes licenças, alvarás, pareceres, auto ambiental de conclusão e habite-se.

Parágrafo único. A regularização e o licenciamento do uso e ocupação do solo em desconformidade com os parâmetros e normas estabelecidos pelas leis específicas, poderão ser efetuados mediante a aprovação de proposta de medida de compensação de natureza urbanística, sanitária ou ambiental, conforme previsto no Plano Diretor Municipal.

Art. 6º Nas edificações com contêiner, destinadas para uso comercial, industrial ou de serviços, deverão ser emitidas as autorizações da Vigilância Sanitária Municipal para funcionamento, quando assim for necessário para a execução da atividade que será desenvolvida.

Art. 7º Nos casos em que o uso do contêiner se destinar à atividade comercial, industrial ou de serviços, deverá ser solicitado o alvará de funcionamento, e as devidas licenças prévia, de instalação e de operação, de acordo com a tipologia da atividade.

Art. 8º Todo e qualquer serviço de abastecimento de água, coleta e disposição de esgoto sanitário, ou ligação de energia elétrica, deverá sujeitar-se ao controle da autoridade competente.

Art. 9º Só poderá ser autorizada a utilização de contêineres com a finalidade de edificação residencial, comercial, industrial ou de serviços, transitória ou não, quando:

- I. O contêiner comprovadamente não tenha sido utilizado para o transporte de material tóxico e que não apresente riscos químicos, biológicos ou físicos, mesmo que tenha sofrido uma ou mais lavagens, devendo ser apresentado um laudo das condições ambientais mostrando a ausência de riscos, com identificação da empresa responsável pela análise;
- II. Possua área de ventilação natural, atendendo as taxas mínimas de ventilação e iluminação para o uso pretendido, estabelecidos no Código Sanitário do Estado de São Paulo;
- III. Garanta condições de conforto térmico;
- IV. Possua pé direito mínimo de 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros);
- V. Possua proteção contra riscos de choques elétricos por contatos indiretos, além do aterramento elétrico;
- VI. As aberturas existentes estejam com eventuais arestas protegidas.

Art. 10 O alvará ou a autorização para utilização de contêineres como edificação transitória ou não, dependerá do atendimento das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e da apresentação dos seguintes documentos assinados e atestados por um profissional habilitado:

- I. Laudo negativo de presença de contaminantes químicos, biológicos ou físicos;
- II. Laudo de tratamento antiferruginoso;
- III. Laudo de isolamento acústico e térmico.

Art. 11 Não será aplicado às edificações de contêiner o Alvará de Demolição, previsto no Código Municipal de Edificações.

Parágrafo Único. Para a desativação da edificação que utilize contêineres, o interessado deverá declarar à Prefeitura Municipal qual será o método de destinação final, ambientalmente adequado, e nos casos de remoção, o interessado deverá requerer a aprovação do novo uso.

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 22 de outubro de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA

Secretário de Assuntos Jurídicos

ANDREZA DE ARAÚJO BATISTA

Secretária de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano

Processos Administrativos nº 1394/2021- PMRP.

Publicado no órgão da imprensa oficial.

LEI Nº 6.662, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021

Dispõe sobre a instituição do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, denominado “Tarifa Zero”, e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a garantia ao direito da gratuidade total aos usuários do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros – Tarifa Zero no município de Ribeirão Pires aos domingos e feriados.

Art. 2º A Tarifa Zero aos domingos e feriados tem como finalidade assegurar melhora na mobilidade urbana municipal, possibilitar à população o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura, promover, incentivar e fomentar a atividade econômica e o comércio local aos domingos e feriados, bem como oferecer auxílio para manutenção do contrato de concessão de transporte coletivo vigente, com o intuito de mitigar os efeitos da queda de demanda decorrente do estado de calamidade pública provocado pela Pandemia da Covid-19, visando resguardar a continuidade da prestação do serviço essencial aos usuários do sistema Municipal de Transporte Público.

§1º - A concessão do auxílio está em consonância com os princípios as diretrizes e os objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída pela Lei Federal n.º 12.587, de 03 de janeiro de 2012.

§2º - A concessionária receberá o valor referente à tarifa pública de utilização por passageiro.

§3º - Os pagamentos serão realizados mensalmente pelo Município à Concessionária mediante a entrega do relatório do sistema de bilhetagem do município junto à Secretaria de Finanças e Administração.

§4º - Caberá à Concessionária prestar contas mensalmente acerca da adequada utilização da subvenção recebida, sob pena de sua devolução, devidamente atualizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, apurador pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

Art. 3º A viabilidade financeira de manutenção e suporte na prestação dos Serviços de Transportes Coletivos Urbano de Passageiros será suprida pela rubrica orçamentária própria da Secretaria de Segurança Pública, Mobilidade e Defesa Civil, suplementada se necessário.

Art. 4º A subvenção da tarifa pública aos domingos e feriados, no sistema de transporte coletivo de passageiros, será por prazo determinado, sendo regulamentado por decreto próprio a ser emitido pelo Poder Executivo em até 30 dias da entrada em vigor da presente lei.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei correrão por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 22 de outubro de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

Processo administrativo nº 5249/2021
Publicada no órgão da imprensa oficial.

LEI Nº 6.662, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021

Dispõe sobre a instituição do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, denominado “Tarifa Zero”, e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a garantia ao direito da gratuidade total aos usuários do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros – Tarifa Zero no município de Ribeirão Pires aos domingos e feriados.

Art. 2º A Tarifa Zero aos domingos e feriados tem como finalidade assegurar melhora na mobilidade urbana municipal, possibilitar à população o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura, promover, incentivar e fomentar a atividade econômica e o comércio local aos domingos e feriados, bem como oferecer auxílio para manutenção do contrato de concessão de transporte coletivo vigente, com o intuito de mitigar os efeitos da queda de demanda decorrente do estado de calamidade pública provocado pela Pandemia da Covid-19, visando resguardar a continuidade da prestação do serviço essencial aos usuários do sistema Municipal de Transporte Público.

§1º - A concessão do auxílio está em consonância com os princípios as diretrizes e os objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída pela Lei Federal n.º 12.587, de 03 de janeiro de 2012.

§2º - A concessionária receberá o valor referente à tarifa pública de utilização por passageiro.

§3º - Os pagamentos serão realizados mensalmente pelo Município à Concessionária mediante a entrega do relatório do sistema de bilhetagem do município junto à Secretaria de Finanças e Administração.

§4º - Caberá à Concessionária prestar contas mensalmente acerca da adequada utilização da subvenção recebida, sob pena de sua devolução, devidamente atualizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, apurador pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

Art. 3º A viabilidade financeira de manutenção e suporte na prestação dos Serviços de Transportes Coletivos Urbano de Passageiros será suprida pela rubrica orçamentária própria da Secretaria de Segurança Pública, Mobilidade e Defesa Civil, suplementada se necessário.

Art. 4º A subvenção da tarifa pública aos domingos e feriados, no sistema de transporte coletivo de passageiros, será por prazo determinado, sendo regulamentado por decreto próprio a ser emitido pelo Poder Executivo em até 30 dias da entrada em vigor da presente lei.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei correrão por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 22 de outubro de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO

Secretário de Finanças e Administração

Processo administrativo nº 5249/2021

Publicada no órgão da imprensa oficial.

LEI Nº 6.664, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021

Denomina de “Praça Areninha” a área pública, localizada junto à Rua João Pessoa, s/nº, no loteamento Jardim Luzo, Bairro Roncon e dá outras providências.- (Autoria: Vereador Luiz Gustavo Pinheiro Volpi)

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Fica denominada de “Praça Areninha” a área pública, localizada junto à Rua João Pessoa, s/nº, no loteamento Jardim Luzo, Bairro Roncon.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 22 de outubro de 2021- 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

RICARDO NARDELLI JUNIOR
Secretário de Governo

Processo Administrativo nº 116/2021-CM - nº 4765/2021 - PM
Publicado no órgão da Imprensa Oficial.